

Projeto restringe empréstimos

Brasília — Pelo voto de liderança, o Senado aprovou projeto de lei do Senador Itamar Franco (PMDB-MG) que obriga o Governo a submeter à aprovação do Congresso os contratos para obtenção de empréstimos externos. Pelo projeto, todo contrato de empréstimo externo terá uma cláusula suspensiva de seus efeitos, até que seja aprovado pelo Congresso.

— Ufa!, desde 1982 eu lutava por isso, inutilmente, desabafou, com voz rouca, Itamar após a votação, que exigiu duas horas de discussão. Ele teve que enfrentar um incendiado debate com o Senador Roberto Campos (PDS-MT), que sustentava a inconstitucionalidade do projeto argumentando que, como os contratos de empréstimos são realizados através de decretos-leis do Poder Executivo, o Legislativo não pode interferir.

CONTROLE

— Eu estou querendo exatamente acabar com esse negócio de o Governo fazer decreto-lei para fugir ao controle do Congresso — replicava Itamar Franco. — A ampla liberdade que a lei vigente concede ao Executivo é extremamente perigosa porque faz escapar ao poder político a apreciação de relevantes matérias.

O Senador Milton Cabral (PFL-PB) também manifestou-se contra o projeto, mas por identificar nele defeitos de redação. A proposta de Itamar, originalmente, atribuía ao Senado o poder de aprovar empréstimos contraídos pelo Governo. Quando integrava a Comissão de Justiça, o atual presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS) estendeu a competência ao conjunto do Congresso (Senado e Câmara dos Deputados).